

A ALIANÇA COM OS FUNCIONÁRIOS

Luiz Carlos Bresser Pereira

(Folha de S.Paulo, 02.07.1995)

A deputada Maria Laura, que representa o funcionalismo público de Brasília na Câmara dos Deputados, declarou recentemente que, se não houver uma manifestação em contrário da opinião pública, a emenda da reforma administrativa será aprovada, e, em conseqüência, os funcionários serão derrotados. A deputada do PT tem provavelmente razão em prever a aprovação da emenda, já que esta vem alcançando dia a dia novos apoios. Engana-se, entretanto, quando afirma que os funcionários serão derrotados. Só os funcionários desmotivados, incompetentes, ou então simplesmente desnecessários serão prejudicados pela emenda. Os demais, que constituem a grande maioria, serão amplamente beneficiados e valorizados. Estarão portanto vitoriosos.

Imaginar que a opinião pública possa mudar, e vir a apoiar o tipo de estabilidade burocrática vigente no Brasil, é uma ilusão da deputada. Os cidadãos brasileiros repudiam firmemente um sistema que permite a uma minoria de funcionários privatizar o Estado, não retribuindo com trabalho correspondente o salário que recebem, porque sabem que esta privatização tem a mesma natureza daquela praticada por empresários que cobram preços extorsivos em seus fornecimentos cartelizados ou que conseguem subsídios e renúncias fiscais injustificados.

Na verdade, este repúdio não existe apenas na opinião pública. Existe também entre os próprios funcionários, particularmente entre os altos administradores públicos, que estão igualmente indignados com a ineficiência do serviço público, e sabem que uma causa fundamental dessa situação está no caráter burocrático da Constituição de 1988, e particularmente no estatuto indiscriminado da estabilidade.

Por isso estou seguro que, para a aprovação da emenda, haverá afinal uma aliança dos melhores funcionários com o governo, visando tornar viável a substituição da administração pública burocrática, que é inerentemente lenta e cara, pela administração pública gerencial.

Uma coisa que o sindicalismo público está esquecendo, quando se opõe radicalmente à reforma, é que os administradores públicos brasileiros são majoritariamente competentes, honestos e dotados de espírito público. Estas qualidades, que eles demonstraram desde os anos 30, quando administração pública profissional foi implantada no Brasil, foram um fator decisivo para o papel estratégico que o Estado jogou no desenvolvimento econômico brasileiro. A implantação da indústria de base nos anos 40 e 50, o ajuste nos anos 60, o desenvolvimento da infra-estrutura e a instalação da indústria de bens de capital, nos anos 70, de novo, o ajuste e a reforma financeira, nos anos 80, e a liberalização comercial nos anos 90 não teriam sido possíveis não fosse a competência e o espírito público da burocracia brasileira. Estes fatos, aliás, foram admiravelmente analisado em dois livros notáveis sobre a nossa burocracia - *Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil*, de Ben Ross Schneider, e *Burocracia e Elites Dominantes do País*, de Gilda Portugal Gouvêa.

Ora, uma burocracia pública desse nível tem necessariamente um compromisso com a eficiência do aparelho do Estado. Uma eficiência que é a sua própria razão de ser. Enquanto o empresário legitima-se pela sua capacidade de inovar e assumir riscos, o burocrata justifica-se pela sua capacidade de administrar competidamente organizações públicas ou privadas. No momento em que ele se dá conta que um sistema institucional-legal arcaico tornou impraticável que ele seja fiel a si mesmo, ele estará pronto para as reformas necessárias.

Quando, no início do ano, comecei a apresentar as propostas de desburocratização da Constituição de 1988, houve uma tempestade. Um novo tema estava sendo proposto à agenda do país. E, como toda mudança, esta também foi vista como ameaçadora. Aos poucos, entretanto, o clima foi mudando. A proposta foi se tornando mais clara, verificou-se que era muito equilibrada. Que, de um lado, dava todas as garantias aos bons funcionários e impedia a demissão por motivos políticos. E, de outro, que abria uma efetiva oportunidade para a instauração no serviço público brasileiro de uma administração pública gerencial, voltada para resultados. Por isso, foi obtendo apoios crescentes em todos os setores da sociedade.

Para esta sociedade está hoje claro que o Estado tem um papel fundamental a desempenhar. Na educação, na saúde, na segurança. E também na promoção do desenvolvimento tecnológico e na proteção do meio ambiente. Mas que este papel tem que ser realizado a um custo baixo, com eficiência. Só assim será possível enfrentar a crise fiscal do Estado, reduzir o custo Brasil,

consolidar o Plano Real, e retomar de forma sustentado o desenvolvimento. E para tudo isto há uma convicção generalizada que a reforma do Estado é fundamental.